

## **Riscos climáticos e políticas públicas: quatro dimensões constitutivas e reflexivas da comunicação.**

*Riesgos climáticos y políticas públicas: cuatro dimensiones constitutivas y reflexivas de la comunicación.*

Climate risks and public policies: four constitutives and reflexives dimensions of communication.

Cora Catalina Gaete Quinteros <sup>1</sup>



<https://orcid.org/0000-0002-1442-9655>

**Resumo:** O alerta de emergência climática dado por mais de onze mil cientistas refere que tempestades violentas e ondas de calor vão aumentar de intensidade. E novos aportes comunicacionais envolvendo a gestão de riscos são essenciais. Neste estudo analisam-se quatro categorias de pesquisa que integram dimensões da comunicação pública em identificação com a comunicação de risco. O resultado aponta para o atual distanciamento interacional com comunidades vulneráveis a riscos climáticos e a relevância de implementar políticas públicas e protocolos de comunicação para prevenção e redução de desastres climáticos.

**Palavras-chave:** Comunicação pública, Comunicação de risco, Redução de riscos de desastres climáticos.

Recibido: 04-11-20 – Aceptado: 07-12-20

**Resumen:** La alerta de emergencia climática emitida por más de once mil científicos dice que tormentas violentas y olas de calor aumentarán en intensidad. Así, nuevas contribuciones comunicacionales que involucran la gestión de riesgos son esenciales. Este estudio analiza cuatro categorías de investigación que integran dimensiones de la comunicación pública en la identificación con comunicación de riesgo. El resultado señala la distancia actual de interacción con las comunidades vulnerables a riesgos climáticos y la relevancia de implementar políticas públicas y protocolos de comunicación para prevención y reducción de desastres climáticos.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação - PPGCOM, Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade São Paulo (USP), Brasil. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 - coracatalina@usp.br

**Palabras Clave:** Comunicación pública, Comunicación de riesgos, Reducción de riesgos de desastres climáticos.

**Abstract:** The climate emergency alert issued by more than eleven thousand scientists says that violent storms and heat waves will increase in intensity. And new communicational contributions involving risk management are essential. This study analyzes four categories of research that integrate dimensions of public communication in identification with risk communication. The result points to the current interactional distance with communities vulnerable to climate risks and the relevance of implementing public policies and communication protocols for the prevention and reduction of climate disasters.

**Key words:** Public communication, Risk communication, Risk reduction of climate disasters.

### **A Comunicação pública**

A comunicação e processos de interação social para prevenir e reduzir o impacto de desastres climáticos. Esse é o sentido ao qual se direciona este estudo observando o fenômeno risco. No campo teórico o objetivo é apresentar a identificação da Comunicação Pública com a Comunicação de Risco em suas dimensões constitutivas e reflexivas com ênfase em políticas públicas. O texto está composto de duas partes, na primeira, apresentam-se conceitos que permeiam o fenômeno riscos climáticos, políticas públicas e o campo comunicacional, corroborando a afirmação do paradoxo de Anthony Giddens (2010)

Que pede atenção para o fato que na maior parte do tempo e para a maioria dos cidadãos a mudança climática é um problema que fica “no canto da mente”, mesmo que seja fonte de preocupação. E assim permanecerá a menos que suas consequências se tornem visíveis e imediatas (GIDDENS, 2010, p.137).

Interessam também ao artigo análises sociológicas de Ulrich Beck (2011, 2016) especificamente onde os riscos globais passam a ser configurados por outros foros da subpolítica para revelar seu efeito amplificador e visibilidade por intermédio da mediação e mediações entre os envolvidos na comunicação de riscos climáticos. Na segunda parte deste estudo apresenta-se a metodologia e resultados de pesquisa exploratória aplicada com agentes públicos da Defesa Civil que atuam na prevenção de desastres climáticos na cidade de Curitiba (PR), Brasil. São analisados fluxos e processos comunicacionais. Essa análise

será baseada em quatro dimensões constitutivas e reflexivas da comunicação propostas pela autora. Nas considerações finais propõe-se a reflexão acerca do atual distanciamento interacional existente na gestão pública e a população vulnerável a riscos climáticos e possíveis caminhos para o desenvolvimento da comunicação.

### **O fenômeno riscos de desastres climáticos**

Conceituar o fenômeno risco relacionando-o às mudanças climáticas representa trazer à luz uma diversidade de inter-relações e complexidades, dentre elas questões econômicas, ambientais, geopolíticas, tecnológicas, culturais e sociais. O risco é o que está em potência para acontecer. Ele não é um fato real. Tem uma ligação com o virtual, o imaginário. Risco não significa ameaça ou catástrofe, mas sim, a antecipação para que ambos não aconteçam (COMA; IGLESIA, 2011, p. 39).

Os riscos ambientais são a principal preocupação apontada no Relatório Global de Riscos 2020<sup>2</sup>. Dentre eles estão os eventos climáticos extremos e a falha na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. No cenário mundial, as inundações, secas, tempestades e incêndios florestais afetaram 57,3 milhões de pessoas. Nas Américas houve 65 desastres, perdendo em números somente para a Ásia com o total de 141 desastres<sup>3</sup>.

Tempestades violentas e ondas de calor vão aumentar de intensidade. Essa foi a afirmação de mais de onze mil cientistas ao assinar o artigo publicado na revista acadêmica BioScience<sup>4</sup> (2019). Os impactos do clima serão cada vez mais preocupantes nos setores de abastecimento de água, irrigação, energia, indústrias, qualidade da água e meio ambiente. Inevitáveis devido às variações na temperatura e precipitação (MINISTÉRIO MEIO AMBIENTE, BRASIL, 2016, p.168).

Desde finais da década de 1980, Anthony Giddens e Ulrich Beck apontavam para que as estratégias não devem apenas instruir as pessoas a reduzir os riscos, mas também criar condições para que elas possam monitorar continuamente esses processos e assim reduzir o

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/the-global-risks-report-2020>>

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.emdat.be/natural-disasters-2018>> Natural Disasters Report 2018: Number of disasters by continent and top 10 countries. The Internacional Disaster Database. (p.3).

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://academic.oup.com/bioscience/article/70/1/8/5610806>> BioScience vol. 70.Ed.1. 05 Nov 2019.

impacto dos desastres. Para Giddens a ênfase deve ser o desenvolvimento de medidas e fluxos voltados para a preocupação permanente sobre os riscos (GIDDENS, 2010, p.136-202). Esses argumentos corroboram a relevância de políticas públicas e desenvolvimento de planos de comunicação para prevenção de riscos de maneira permanente. E não apenas em épocas de crise.

### **Políticas Públicas e a Comunicação**

A mudança de paradigma na gestão de riscos teve início com o incremento da estratégia voltada para a governança. Ao mesmo tempo, com o aumento da crise de credibilidade e falta de transparência na esfera governamental a comunicação e informação passam a desempenhar um papel cada vez mais relevante na governança de risco em países democráticos. Busca-se incentivar a participação de todos os atores envolvidos e a comunicação na gestão de risco toma lugar de destaque. (COMA; IGLESIA, 2011, p.112). Nessa visão de governança o Marco de Sendai 2015-2030 <sup>5</sup>(Sendai Framework) insere a diretriz global para políticas públicas nacionais e regionais, intitulada Redução de Riscos de Desastres (RRD). Nela, a comunicação e informação fazem parte dos mecanismos de coordenação intra e interssetoriais em diversos níveis e processos na gestão de risco. Para acessibilidade à informação incluem-se big-data, sistemas de previsão e simulados de alerta com comunidades vulneráveis a riscos climáticos, redes de telecomunicações de monitoramento de risco. E orienta para os meios de comunicação adotarem políticas específicas ativas e inclusivas para RRD visando o aumento da consciência pública e a compreensão sobre os riscos, em conformidade com as práticas nacionais (p.24).

No Brasil políticas públicas acerca de riscos climáticos e adaptação acontecem em duas esferas governamentais: na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) do Ministério do Meio Ambiente e na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDC) do Ministério de Desenvolvimento Regional. Ambas políticas são tratadas de maneira

---

<sup>5</sup> Marco de Sendai foi estabelecido no Japão em 2015, ratificado por 187 países participantes na Terceira Conferência Mundial da ONU. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/conferencia-de-sendai-adota-novo-marco-para-reduzir-riscos-de-desastres-naturais-no-mundo/>>Acesso em 02 mar.2020.

isolada, e não como parte de uma estratégia coordenada e integrada para o enfrentamento dos impactos da mudança do clima (SENADO FEDERAL, 2019, p.129).

Na PNMC não se encontram diretrizes relacionadas à comunicação. Já a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil<sup>6</sup> (PNPDEC), orienta à gestão de riscos de desastres no livro-base de formação em noções básicas em Proteção e Defesa Civil fazendo referência ao campo da Comunicação de Risco, onde todos os instrumentos de planejamento e gestão devem incluir aspectos de percepção de risco, comunicação e participação (MDR, 2017, p.21).

### **Discussão teórica proposta**

A proposta deste artigo é fazer a identificação de dois campos comunicacionais com o fenômeno em estudo. O primeiro é a identificação com a Comunicação Pública e a segunda se refere à Comunicação de Risco.

No contexto de políticas públicas a Comunicação Pública é o lugar de fala. Os pesquisadores Heloíza Matos e Nobre<sup>7</sup> e Jorge Pereira Fo. (2016) propõem princípios norteadores de uma comunicação pública que contribua para o fortalecimento da participação, debate e negociação na tomada de decisões entre Estado, governo e sociedade sobre temas de interesse público. Em outro artigo, Matos correlaciona a Teoria do Reconhecimento trazendo o seguinte aporte:

Se por Comunicação Pública se entende o debate inclusivo sobre todo assunto de utilidade-relevância pública que contribui para o exercício individual-coletivo da cidadania, então o reconhecimento de atores sociais excluídos deveria ser prioritário na pauta (MATOS, 2011, p.48).

Nesse sentido há duas premissas, a primeira é a comunicação pública ser uma instância de defesa e resistência da democracia – de ordem normativa – e a segunda, de ordem epistemológica, onde o debate público seja considerado processo constitutivo dela (WEBER, M., 2017, p. 23-24). Assim como Matos, Weber considera que para a base da qualidade da

---

<sup>6</sup> PNPDEC instituída pela Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012, Ministério do Desenvolvimento Regional-MDR.

<sup>7</sup> Pós-Doutora em Comunicação pela Université Stendhal, Doutora e Mestre em Comunicação pela Universidade de São Paulo, Jornalista pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Pesquisadora Sênior da Pós-Graduação da ECA/USP e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação Pública e Comunicação Política (Compol).

democracia é indispensável defender a participação da sociedade na definição de ações e políticas públicas.

Por outro lado, o campo da Comunicação de Risco enquanto disciplina prática possibilita observar processos que estruturam a influência dos riscos na sociedade (COMA; IGLESIA, 2011). É um campo que vem se desenvolvendo historicamente em paralelo e interação aos estudos sobre riscos. Pesquisadores pioneiros como Kasperson, R. (2014), Covello, V.T., Slovic, P. e WEBER, U. (2002) enfatizam a percepção, amplificação e mitigação social dos riscos para a comunicação.

Um aspecto desafiador é que as reações de pessoas que vivem em áreas vulneráveis a riscos climáticos nem sempre têm relação visível com o risco em si ou com informações recebidas. E sim com fatores perceptivos e decisões tomadas diante dos riscos. Amplificação dos riscos, diminuição de incertezas e interação social se inserem na comunicação de risco.

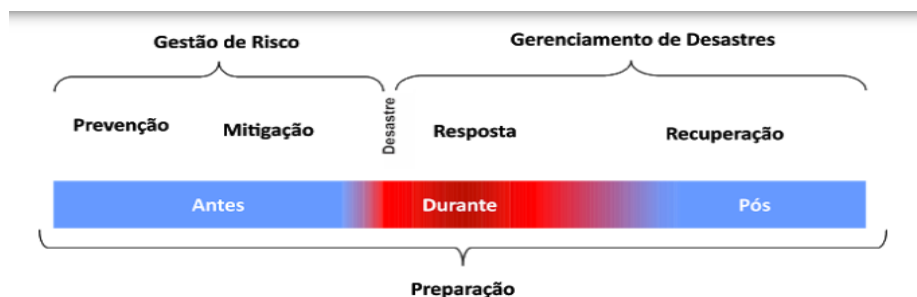
Estudos mais recentes apontam para a relevância das teorias cognitivas com ênfase às percepções, atitudes e tomada de decisão (ÁRVAI, J. 2014, KASPERSON, 2014, MYERS, D. 2014, BANDURA, A. 2008, SLOVIC, P., 2002). E o papel do consenso e confiança são cruciais para a governança de risco (SJOBERG, L. 2007, COMA e IGLESIA, 2011).

A Comunicação de Risco é uma prática que se produz em um contexto de normalidade e permanência, não necessita de um acontecimento para ser aplicada. Diferente da Comunicação de Crise que ocorre quando uma situação catastrófica rompe a normalidade e se produz num curto espaço de tempo como resposta a um acontecimento emergencial. (COMA; IGLESIA, 2011, p. 93-94), conforme mostra a Fig.1.

Fig. 1. Campo comunicacional na gestão de riscos.

**Comunicação de Risco**

**Comunicação de Crise**



Fonte: Adaptado pela autora. MDR., 2017, p.73.

### **Metodologia de abordagem e resultados**

Trata-se de um estudo exploratório para analisar percepções, fluxos e processos comunicacionais realizado com agentes públicos que atuam na prevenção e redução de riscos climáticos. Aplicaram-se diferentes métodos de análise qualitativa: um questionário presencial e a realização da oficina de trabalho intitulada Workshop Comunicação de Riscos na Gestão Pública<sup>8</sup>. O Workshop foi realizado em 08/08/2019 e escolhido enquanto dispositivo interacional<sup>9</sup> (DI), ou seja, enquanto lugar de observação. A organização foi a partir de reuniões realizadas previamente no período de março a junho com equipes de trabalho e o Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil da Prefeitura de Curitiba, Brasil.

Fotos 1. e 2. Workshop Comunicação de Risco na Gestão Pública: grupos identificam áreas de riscos climáticos e fluxos de informação em suas localidades.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.defesasocial.curitiba.pr.gov.br/noticias/2095-cidades-resilientes-curitiba-debate-comunicacao-em-situacoes-de-risco.html>>

<sup>9</sup> Tomou-se “emprestado” o termo Dispositivo Interacional (DI) de José Luiz Braga, por considerar que representa o diálogo com diversidade de enfoques e abordagens no campo comunicacional. In: Revista Dispositiva, V.1.n.1 mai/out 2012, p.29.



Fonte: Autora deste trabalho e facilitadora da oficina.

A escolha dos participantes considerou a viabilidade operacional. Ao todo foram 62 pessoas, 58 agentes públicos representantes regionais da Defesa Civil de Curitiba, Araucária, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e 5 membros voluntários radioamadores da comunidade. Os grupos foram integrados por membros que atuam na mesma localidade.

PERFIL DOS ENTREVISTADOS						
Idade		Gênero		Escolaridade		Naturalidade
Entre 42-49	Total 12	76% Masc 24% Fem	66% Pós graduação 13% Ensino Médio 11% Ensino Superior 5% E. Técnico 5% E. Fundamental	94% Paraná 6% São Paulo		
Entre 34-41	Total 11					
Entre 50-57	Total 10					
Entre 58-65	Total 3					
Entre 18-33	Total 3					

As quatro dimensões apresentadas a seguir se inserem como constitutivas e reflexivas da comunicação pública na esfera das mediações e tecnologias de informação, seja para (in)visibilizar os riscos, potencializar reflexões, conhecimentos e percepções.

1. Conhecimento e Percepção dos Riscos: é a categoria que possibilita identificar quais são, onde estão localizados e as percepções acerca dos riscos de desastres climáticos. Esta pesquisa foi realizada durante a oficina (Fotos 1 e 2). 70% dos agentes públicos identificaram as áreas de risco nos mapas da cidade. Áreas de alagamentos e inundações são

considerados os riscos mais agudos nas cidades que atuam. Esta categoria depende de variáveis de contexto espaço-temporal; cognitivas (percepção, emoções, conhecimento, atitudes, motivações); culturais (crenças, hábitos e costumes) e institucionais (governamental, privada).

2. Fluxo informacional: possibilita identificar como acontecem processos de divulgação das informações e dispositivos mais usados. A Defesa Civil foi citada como principal fonte de informação (23%), o Sistema Meteorológico do Paraná (14%). Os bombeiros e administração regional obtiveram a mesma pontuação (13%). As informações são recebidas periodicamente e repassadas quase sempre para colegas de trabalho, família e amigos. O dispositivo WhatsApp é o mais utilizado entre agentes públicos. Com comunidades que moram em áreas de risco climático são: contato presencial (29%), mídias sociais (17%), WhatsApp (15%). As mensagens de alerta enviadas por celular SMS tiveram o índice mais baixo (3%). No Brasil (2019) as operadoras de telefonia móvel, Defesa Civil Nacional e a Agência Nacional de Telecomunicações<sup>10</sup> (Anatel) enviaram aproximadamente 586 milhões de mensagens de texto por celular (SMS) com alertas para o risco de desastres climáticos aos usuários cadastrados para receber os alertas. 75% do total das mensagens foi sobre chuvas intensas, ou seja, de caráter meteorológico.

3. Confiabilidade nas mídias: esta categoria influencia principalmente na percepção, amplificação e/ou redução dos riscos. Na pesquisa os agentes públicos se mantêm informados sobre o clima, principalmente pela televisão e sites, grupos WhatsApp e Facebook. Os respondentes consideram todas as mídias 50% confiáveis e as redes sociais ajudam para interagir melhor com problemas do bairro; 42% responderam que suas instituições têm parceria com tvs e rádios públicas locais, 37% não sabe se tem parceria, 11% não respondeu e 10% não tem parceria. Estudos sobre processos de *media-logic*<sup>11</sup> em

---

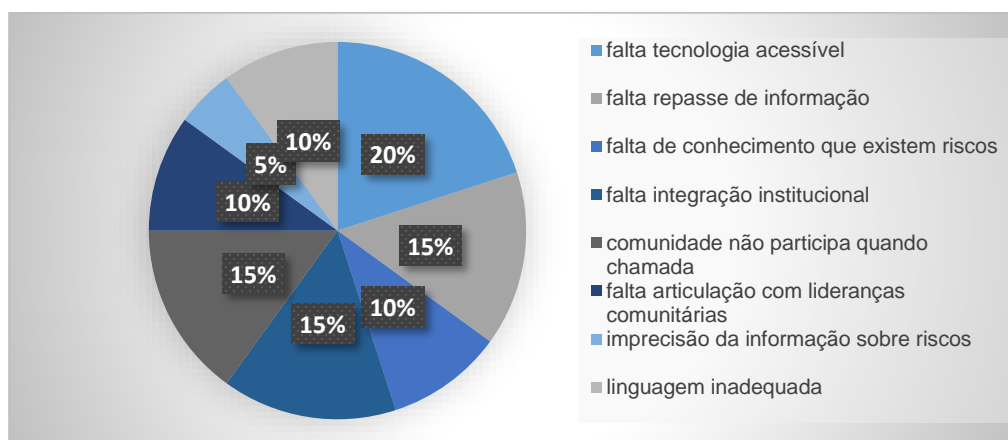
<sup>10</sup> Disponível em:<<https://www.sinditelebrasil.org.br/sala-de-imprensa/releases/3361-em-2019-operadoras-enviaram-gratuitamente-586-milhoes-de-sms-com-alertas-de-risco-de-desastres-naturais>> Acesso em 28 mar. 2020.

<sup>11</sup> Altheide, D. (2013) define lógica da mídia como um processo através do qual a mídia transmite e comunica informações. E o processo de produção jornalístico descontextualiza os acontecimentos recontextualizando-os em formatos de notícias. Isso pode impactar significativamente o discurso público porque, para o público, a lógica da mídia se torna uma maneira de ver e interpretar os assuntos sociais.

formatos institucionais de controle social vem sendo realizados há mais de três décadas (ALTHEIDE, 2013, p.224).

4. Interação com comunidades em situação de vulnerabilidade aos riscos climáticos: esta pergunta foi aberta e as respostas organizadas conforme citações espontâneas. Apontou-se como problemas-chave de comunicação com as comunidades a falta tecnologia acessível (20%); falta repasse de informação, falta integração institucional e comunidade não participa quando chamada (15%). Estas questões são variáveis possíveis para compor o plano estratégico de comunicação em instituições responsáveis pela gestão de risco.

Gráfico 1: Problemas-chave de comunicação com as comunidades, segundo agentes públicos.



Fonte: Autora deste estudo. Pesquisa exploratória. Curitiba, Brasil (nov. 2019).

No Perfil dos Municípios Brasileiros<sup>12</sup> publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, constatou que 59% dos municípios não possuem instrumentos de prevenção de desastres e somente 14,7% contam com plano de contingência ou prevenção. Esse dado demonstra que há muito para avançar no que diz respeito às políticas públicas de prevenção à redução de risco de desastres climáticos.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2020/02/brasil-ja-sente-impactos-das-mudancas-climaticas-e-situacao-pode-se-agravar>>

As comunidades de áreas de risco continuam sendo tratadas e levadas à condição de espectadores, cujo papel é aceitar as decisões previamente tomadas pelo poder público. (VICTOR, 2020). Para Cilene Victor proponente dos quatro modelos de Comunicação de Risco de Desastres (CRD, 2008), concebidos a partir da realidade brasileira, no qual o CRD Comunitário que relaciona a Defesa Civil às comunidades e suas lideranças na maioria das situações se visualiza o já ultrapassado modelo verticalizado da comunicação. E inclusive tem sido diretriz de políticas públicas de RRD, a exemplo das que originam centros de monitoramento e emissão de alertas de desastres (VICTOR, 2020, p.2536).

Sob o olhar sociológico de U. Beck no qual vive-se a metamorfose do mundo (2018), é inserida nessa metamorfose que a política da visibilidade dos riscos globais passa a ter a comunicação como elemento fundamental (BECK, 2018, p.166). Estamos diante do novo ecossistema de meios de comunicação onde as relações entre as formas de produção e recepção se transformam radicalmente. Coma e Iglesia (2011) referem que todos podem ser protagonistas com as convergências tecnológicas e redes digitais, multiplicando as opções para apresentar informações sobre risco.

### **Considerações Finais**

Os resultados preliminares deste estudo apontam para a relevância de um novo olhar comunicacional para o fenômeno risco de desastres climáticos na esfera pública. Os dados apresentados como resultados preliminares da pesquisa e no Gráfico 1 refletem que o paradigma verticalizado da comunicação ainda predomina na gestão pública. O acesso à informação e a participação das comunidades impactadas pelos riscos climáticos nos processos decisórios de maneira integrada e permanente são cada vez mais necessários.

Ao analisar o objeto de estudo sob quatro dimensões da comunicação pública apontam-se caminhos para possíveis estratégias de governança e aprofundar estudos. As dimensões referentes ao conhecimento e percepção dos riscos; ao fluxo informacional; à confiabilidade nas mídias e instituições gestoras de risco e à interação com comunidades em situação de vulnerabilidade aos riscos climáticos foram selecionadas para nesta primeira etapa da pesquisa. Futuras análises observarão outras dimensões, dentre elas a

emocionalidade e experiências vividas com riscos, observando comunidades impactadas e outras instituições responsáveis por comunicar os riscos climáticos.

O conhecimento sobre os riscos são uma das partes iniciais no desenvolvimento da consciência pública de preocupação e resiliência. Mas não só, uma vez que o risco atua no campo das significações, da percepção e em contextos específicos de cada localidade e cultura, as políticas públicas e estratégias de comunicação ao incluírem aspectos normativos e instrucionais nas mensagens, formatos e protocolos, precisam disponibilizar dispositivos de consulta e interação de maneira permanente com as comunidades em risco. Não como discurso de medo, mas de precaução e prevenção. Não apenas em épocas de crise ou emergência climática. Uma tarefa desafiadora é quebrar o paradigma de que a responsabilidade comunicacional se limita à cobertura de imprensa.

## Referências

- ALTHEIDE, Daniel. Lógica da mídia, controle social e medo. *Communication Theory*, volume 23, ed. 3, ago. 2013, p. 223–238. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/comt.12017> Acesso em 03 mar. 2020.
- ÁRVAI, Joseph. O fim da Comunicação de Risco como a conhecemos. In *Journal Reserach Risk*. Universidade de Calgary, Canadá, 12 jun. 2014.
- BANDURA, Albert. et al. *Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BECK, Ulrich. *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Título original: *The metamorphosis of the world*, 2016.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco: rumo a outra modernidade*. 2a ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- COMA, J.F.; IGLESIA, J.L. La Teoría de la Comunicación de Riesgo *In: III Congreso AEIC: Comunicación y Riesgo*. Tarragona, 18-20, 2012. Sección temática: Teorías y métodos de investigación en comunicación. España. Disponível em: [www.aeic2012tarragona.org/comunicacions\\_cd/ok/281.pdf](http://www.aeic2012tarragona.org/comunicacions_cd/ok/281.pdf) Acesso em 24 jul. 2019.
- COMA, J.F.; IGLESIA, J.L. *Teoría de la Comunicación de Riesgo*. Barcelona: Editorial UOC-SL, 2011.

GIDDENS, Anthony. A Política da mudança climática. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KASPERSON, Roger. Quatro perguntas para comunicação de risco. *Journal Research Risk*. Vol. 17, n. 10, 1233–1239, mai. 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/ref/10.1080/13669877.2014.900207?scroll=top> Acesso em 05 mar 2020.

MATOS E NOBRE, Heloíza. H.; PEREIRA FILHO, J. (2016). A participação na Comunicação Pública: para além do consenso. *Revista Observatório*, 2(5), 383. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2n5p383> Acesso em: 03 mar. 2020.

MATOS, Heloíza H. A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. São Caetano do Sul SP: Difusão Editora, 2011. Disponível em: <https://bdpi.usp.br/item/002220937> Acesso em 21 dez. 2019.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-MDR (Brasil). Livro Gestão de Riscos - Noções básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos - Livro Base: Brasília DF, 2017. Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/protecao-e-defesa-civil/publicacoes> Acesso em 01 mar. 2020.

MINISTÉRIO MEIO AMBIENTE-MMA (Brasil). Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: Volume 2: estratégias setoriais e temáticas. Portaria MMA No.150 de 10 de maio de 2016 – Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/clima/adaptacao/plano-nacional-de-adaptacao> Acesso em 28 mar. 2020.

MYERS, Daniel. *Psicologia Social*. 10. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

SENADO FEDERAL (Brasil). Relatório de Avaliação da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal: Brasília, Distrito Federal, 2019.

SLOVIC, Paul.; WEBER, U. Perception of Risk Posed by Extreme Events. Conference of Risk Management strategies in na Uncertain World. Palisades, New York, April 12-13, 2002.

SJOBORG, Lennart. Risk Communication between experts and the public perceptions and intentions. In *Revista Organicom*, USP-ECA ano 4 n. 6, 2007. p.69-85. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138926/134274> Acesso em 19 nov. 2019.

VICTOR, Cilene. Periodismo y reducción de riesgos de desastres: un paso más allá de la tragedia anunciada. In: *Periodismo y desastres multiplas miradas*. España: ed. UOC epub feb.2020. p.2432-2673.

WEBER, Maria H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: Comunicação Pública e Política. Florianópolis: Insular, 2017. Cap.1. p.23-56.